



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000348279

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2335017-53.2024.8.26.0000, da Comarca de Araras, em que são agravantes CARLOS HENRIQUE SENTINARO ME e CARLOS HENRIQUE SENTINARO, é agravado BANCO BRADESCO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 19ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RICARDO PESSOA DE MELLO BELLI (Presidente sem voto), SIDNEY BRAGA E JOÃO CAMILLO DE ALMEIDA PRADO COSTA.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

JAIRO BRAZIL

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

19ª Câmara de Direito Privado

Agravo de instrumento nº 2335017-53.2024.8.26.0000

Comarca: Araras

Agravantes: Carlos Henrique Sentinaro ME e outro

Agravado: Banco Bradesco S/A.

Voto nº 28.352

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPENHORABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VALORES CONSTRITOS DA PESSOA JURÍDICA. Inaplicabilidade da regra do artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, pois referida norma legal não é extensível aos valores da pessoa jurídica, ainda que se alegue o uso para o pagamento de seus gastos ordinatórios, pois tal dispositivo de lei visa a proteção da pessoa natural e ou sua família, para fins de preservação dos rendimentos de natureza alimentar. Ausência, ademais, de demonstração de possibilidade de prejuízo à preservação da empresa. QUANTIAS BLOQUEADAS DA PESSOA FÍSICA. Bloqueio de valores inferiores a 40 salários mínimos. Nova orientação do C. Superior Tribunal de Justiça, por sua E. Corte Especial, no sentido de que, em se tratando de ativo financeiro não depositado em conta poupança, só haverá impenhorabilidade se alegado e demonstrado (ônus da parte executada) que se trata de reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial ao devedor ou sua família em caso de emergência ou imprevisto grave (REsp. 1.677.144/RS). Inexistência de demonstração a respeito no caso concreto. Precedentes. Decisão mantida. Agravo não provido.

Vistos.

Agravo de instrumento interposto contra a r. decisão proferida pelo MM. Juiz Matheus Romero Martins, que indeferiu o pedido de impugnação à penhora e desbloqueio de valores, pois não restou comprovada nenhuma causa de impenhorabilidade dos valores constritos via *Sisbajud*.

Sustentam os agravantes que a execução deve ser realizada pelo meio menos gravoso ao executado (CPC, artigo 805) e no caso os valores penhorados são destinados ao pagamento de salários e despesas operacionais, de modo a configurar medida excessivamente gravosa, que compromete a continuidade das atividades da empresa, pois depende desse fluxo financeiro para manter a sua operação e seus empregados. Alegam que demonstraram que as quantias bloqueadas estavam destinadas ao pagamento de salários e benefícios dos empregados, de modo que o bloqueio atingiu diretamente verbas de natureza alimentar. Aduzem que o artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, deve ser interpretado à luz da realidade dos fatos e da finalidade social da empresa, e o bloqueio impede o pagamento dos empregados. Afirmam que deve ser reconhecida a impenhorabilidade até 40 salários mínimos, mesmo que os valores estejam depositados em conta corrente e não poupança. Pleiteiam a concessão de efeito suspensivo, ao final, o provimento do recurso.

O efeito suspensivo pleiteado foi concedido, no tocante ao levantamento de valores até o julgamento do recurso.

O d. juízo *a quo* foi comunicado, dispensada a prestação de informações.

Resposta ao agravo veio a folhas 30/41.

É o relatório.

O agravo não comporta provimento.

No tocante aos valores constritos da pessoa jurídica agravante, não prospera a irresignação recursal.

A regra inserta no artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, invocada pela mesma para fundamentar suas razões recursais, não tem aplicação na hipótese, pois referida norma legal não é extensível aos valores da pessoa jurídica, ainda que se alegue o uso para o pagamento de seus gastos ordinatórios, pois tal dispositivo de lei visa a

proteção da pessoa natural e ou sua família, para fins de preservação dos rendimentos de natureza alimentar.

Ademais, os documentos juntados com a impugnação de folhas 128/131 dos autos principais não demonstraram a possibilidade de prejuízo à preservação da empresa.

Fica mantida, pois, a constrição impugnada.

Já decidiu esta Câmara:

“Agravado de instrumento – Execução – Pedido para desbloqueio de valores encontrados em conta bancária – Executada que dispõe impenhorabilidade, porque valores destinados ao pagamento da folha de funcionários, acordos trabalhistas e fornecedores, referindo a proteção do art. 833, IV, do NCPC – Dispositivo que não se estende às importâncias da pessoa jurídica, ainda que alegada sua necessidade para os gastos ordinatórios – Medida de proteção da pessoa natural e de sua família, com fins de preservação dos rendimentos de natureza alimentar – Precedentes – Documentos juntados que não comprovam possibilidade de prejuízo à preservação da empresa – Apesar da indicação de outro bem à penhora, é certo que a constrição em dinheiro prevalece sobre as demais, havendo de ser prioritária – Princípio da menor onerosidade, conquanto mereça aplicação em alguns casos, não se sobrepõe às garantias conferidas ao exequente pela legislação processual – Decisão mantida – Recurso improvido” (TJSP; Agravo de Instrumento 2147159-49.2019.8.26.0000; Relator (a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Órgão Julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guarulhos - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 20/08/2019; Data de Registro: 20/08/2019)”.

No mesmo sentido:

“Agravado de instrumento. Penhora sobre

valores em conta corrente. Alegação de impenhorabilidade de valores necessários ao pagamento dos funcionários e despesas da empresa. Desacolhimento. Impossibilidade de interpretação extensiva do disposto no artigo 833, IV, do CPC. Precedentes desta Corte. Pretensão de impenhorabilidade dos valores encontrados na conta até 40 salários mínimos em analogia ao disposto no artigo 833, X, do CPC. Desacolhimento” (TJSP; Agravo de Instrumento 2157460-16.2023.8.26.0000; Relator (a): Luis Fernando Camargo de Barros Vidal; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 41ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/07/2023; Data de Registro: 27/07/2023)”.

Quanto ao valor bloqueado do agravante pessoa física, do mesmo modo sem razão a irresignação recursal.

A alegação de impenhorabilidade por se tratar de quantia inferior a 40 (quarenta) salários mínimos não convence.

Não se desconhece que o C. Superior Tribunal de Justiça vinha se posicionando no sentido de que a impenhorabilidade prevista no artigo 833, X, do Código de Processo Civil se aplicava a toda e qualquer quantia equivalente a até 40 salários-mínimos pertencente ao devedor, independente se mantida em papel moeda, conta corrente, poupança ou fundo de investimentos.

No entanto, a C. Corte Superior, por sua Corte Especial, alterou de forma substancial a aludida orientação por ocasião do julgamento do REsp nº 1.677.144/RS, sob a relatoria do Min. Herman Benjamin:

“PROCESSUAL CIVIL. BLOQUEIO DE DINHEIRO VIA BACEN JUD. DINHEIRO DISPONÍVEL EM CONTA-CORRENTE, NÃO EM CADERNETA DE POUPANÇA. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. ART. 833, X, DO CPC (ANTIGO ART. 649, X, DO CPC/1973). NORMA RESTRITIVA. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRESTÍGIO À

JURISPRUDÊNCIA FIRMADA NESSE SENTIDO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA EXCEPCIONAL OU RELEVANTES RAZÕES PARA ALTERAÇÃO. DEVER DOS TRIBUNAIS SUPERIORES DE MANTER SUAS ORIENTAÇÕES ESTÁVEIS, ÍNTEGRAS E COERENTES. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA.

1. A controvérsia cinge-se ao enquadramento das importâncias depositadas em conta-corrente até 40 (quarenta) salários mínimos na impenhorabilidade prevista no art. 649, X, do CPC/1973, atual art. 833, X, do CPC/2015. (...) 11. Em segundo lugar, tem-se como claro e incontroverso, pela leitura dos dois votos até aqui apresentados, que a redação literal do Código de Processo Civil (tanto o de 1973 - art. 649, X - como o atual - art. 833, X) sempre especificou que é absolutamente impenhorável a quantia de até quarenta (40) salários mínimos aplicada apenas em caderneta de poupança. 12. Sucede que não é despropositado observar que realmente houve alteração na realidade fática relativamente às aplicações financeiras. (...) 15. Exatamente por essa razão é que se entende, após melhor ponderação sobre o tema, que o nome da aplicação financeira, por si só, é insuficiente para viabilizar a proteção almejada pelo legislador. Em outras palavras, a se considerar que a reserva de numerário mínimo, destinada a formar patrimônio necessário ao resguardo da dignidade da pessoa humana (aqui incluída a do grupo familiar a que pertence), constitui o fim social almejado pelo legislador, não seria razoável, à luz da Constituição Federal e do art. 5º da LINDB, consagrar entendimento no sentido de proteger apenas a parte processual que optou por fazer aplicação em "cadernetas de poupança", instituindo tratamento desigual para outros que, aplicando sua reserva monetária em aplicações com características e finalidade similares à da poupança, buscam obter retorno financeiro mais bem qualificado. (...) 17. Não sensibiliza, todavia, a genérica menção à ampliação da impenhorabilidade, que passaria a ser geral e irrestrita, a todo e qualquer tipo de aplicação financeira de até quarenta salários mínimos, com amparo na necessidade de se proceder à exegese da norma em conformidade com outros valores prestigiados constitucionalmente. (...) 19. Dito de outro modo, o que se tem por razoável é considerar, na melhor das hipóteses, que a norma sobre a impenhorabilidade deve ser interpretada, à luz da

CF/1988, sob a perspectiva de preservar direitos fundamentais, sem que isso autorize, entretanto, a adoção de interpretação ampliativa em relação a normas editadas com finalidade eminentemente restritiva (já que a impenhorabilidade, como se sabe, constitui exceção ao princípio da responsabilidade patrimonial), pois, em tal contexto, não haveria interpretação buscando compatibilizar normas jurídicas, mas construção de um ordenamento jurídico sustentado por sistema hermenêutico autofágico, em que uma norma aniquilaria o espírito e a razão de existir de outra. (...) 21. Como base no acima exposto, à luz do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, é absolutamente inadequado formar-se posicionamento jurisprudencial que consubstancie orientação no sentido de que toda aplicação de até quarenta 40 (quarenta), em qualquer tipo de aplicação bancária ou financeira, estará sempre enquadrada na hipótese do art. 833, X, do CPC. 22. A partir do raciocínio acima, a melhor interpretação e aplicação da norma é aquela que respeita as seguintes premissas: a) é irrelevante o nome dado à aplicação financeira, mas é essencial que o investimento possua características e objetivo similares ao da utilização da poupança (isto é, reserva contínua e duradoura de numerário até quarenta salários mínimos, destinada a conferir proteção individual ou familiar em caso de emergência ou imprevisto grave) - o que não ocorre, por exemplo, com aplicações especulativas e de alto risco financeiro (como recursos em bitcoin, etc.); b) não possui as características acima o dinheiro referente às sobras que remanescem, no final do mês, em conta-corrente tradicional ou remunerada (a qual se destina, justamente, a fazer frente às mais diversas operações financeiras de natureza diária, eventual ou frequente, mas jamais a constituir reserva financeira para proteção contra adversidades futuras e incertas); c) importante ressaltar que a circunstância descrita no item anterior, por si só, não conduz automaticamente ao entendimento de que o valor mantido em conta-corrente será sempre penhorável. Com efeito, deve subsistir a orientação jurisprudencial de que o devedor poderá solicitar a anulação da medida constritiva, desde que comprove que o dinheiro percebido no mês de ingresso do numerário possui natureza absolutamente impenhorável (por exemplo, conta usada para receber o salário, ou verba de natureza

salarial); d) para os fins da impenhorabilidade descrita na hipótese "a", acima, ressalvada a hipótese de aplicação em caderneta de poupança (em torno da qual há presunção absoluta de impenhorabilidade), é ônus da parte devedora produzir prova concreta de que a aplicação similar à poupança constitui reserva de patrimônio destinado a assegurar o mínimo existencial ou a proteger o indivíduo ou seu núcleo familiar contra adversidades. **SÍNTESE DA TESE OBJETIVA AQUI APRESENTADA** 23. *A garantia da impenhorabilidade é aplicável automaticamente, no patamar de até 40 (quarenta), ao valor depositado exclusivamente em caderneta de poupança. Se a medida de bloqueio/penhora judicial, por meio físico ou eletrônico (Bacenjud), atingir dinheiro mantido em conta-corrente ou quaisquer outras aplicações financeiras, poderá eventualmente a garantia da impenhorabilidade ser estendida a tal investimento - respeitado o teto de quarenta salários mínimos -, desde que comprovado, pela parte processual atingida pelo ato construtivo, que o referido montante constitui reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial.* (...) 26. Recurso Especial provido. (STJ, Corte Especial, REsp nº 1.677.144/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 21/2/2024) (destaquei).

Assim, **(i)** valores inferiores a 40 salários-mínimos e depositados em caderneta de poupança são absolutamente impenhoráveis e **(ii)** valores inferiores a 40 salários-mínimos e depositados em conta corrente ou em qualquer outra aplicação financeira somente serão impenhoráveis se o devedor demonstrar que se trata de reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial, destinada a conferir proteção individual ou familiar em caso de emergência ou imprevisto grave.

Contudo, no presente caso, tais situações não restaram comprovadas.

Não há prova de que os valores estavam depositados em conta poupança e sequer foi demonstrado que a quantia bloqueada corresponde a reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial ao devedor ou sua família, razão pela qual não há

que se falar em impenhorabilidade.

Nesse sentido:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação monitória em fase de cumprimento de sentença - Acolhimento apenas em parte de pedido de levantamento de penhora realizada no rosto dos autos de outra ação (de cobrança), movida pelo executado, liberando-se o equivalente a 70% do crédito a ser ali recebido, mantendo a constrição sobre os 30% restantes - Inconformismo do executado no sentido de que a quantia configura verba salarial, decorrente de seu trabalho como representante comercial, necessária, pois, ao seu sustento - Improcedência da insurgência - Ausência de prova da necessidade, não obstante o reconhecimento do caráter alimentar da referida verba - Presunção absoluta de impenhorabilidade de valores inferiores a 40 salários-mínimos somente se depositados em conta poupança - Penhora incidente em crédito ainda não recebido, não configurando, assim, reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial da parte - Ônus da prova do executado, segundo o novo entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça - Ausência dessa comprovação - Desaparecimento, ademais, do caráter alimentar da verba depois de superado o prazo de três meses, sem o respectivo recebimento, do fato gerador do direito - Decisão mantida - Recurso não provido.” (TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 2086817-96.2024.8.26.0000, Rel. Des. Daniela Menegatti Milano, j. em 22/07/2024).

“EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Bloqueio on line. Saldo existente em contas bancárias do devedor. Decisão agravada que indeferiu o pedido de desbloqueio dos valores alcançados pelo sistema Sisbajud. Hipótese em que não resultou demonstrado que os valores contristados, depositados em contas correntes, ainda que inferiores a quarenta salários mínimos, constituam a única reserva de emergência garantidoras do mínimo existencial do devedor. Admissibilidade da penhora no caso. Decisão mantida. Recurso desprovido.

Dispositivo: negaram provimento ao recurso.” (TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 2124066-81.2024.8.26.0000, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. em 24/07/2024).

“Agravo de instrumento. Confissão de dívida. Ação de execução por título extrajudicial. Penhora de título de capitalização em nome da executada. Circunstância de se tratar de importância inferior a quarenta salários-mínimos não autorizando, por si só, a aplicação da regra de impenhorabilidade do art. 833, X, do CPC. Nova orientação do STJ sobre o tema no sentido de que a incidência daquele preceito, em se cuidando de ativo financeiro não depositado em conta poupança, como é o caso dos autos, só cabe se alegado e demonstrado tratar-se de verba indispensável à subsistência digna do devedor e de seus familiares (REsp. 1.677.144/RS, Corte Especial, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, j. 21.2.24). Falta de prova ou de alegação palpável nesse sentido. Consequente manutenção da decisão que indeferiu o pedido de desbloqueio da aludida quantia. Negaram provimento ao agravo.” (TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 2006897-73.2024.8.26.0000, Rel. Des. Ricardo Pessoa de Mello Belli, j. em 17/07/2024).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - PENHORA - BLOQUEIO VIA SISBAJUD - Alegação de que se trata de verba impenhorável, pois irrisória frente ao valor da dívida, além de ser inferior a 40 salários-mínimos – Descabimento - Valor bloqueado que não pode ser considerado irrisório - Inaplicabilidade do disposto no artigo 836 do CPC ao caso concreto - Penhora de valores existentes em conta corrente de pessoa jurídica - Impenhorabilidade do artigo 833, inciso X do CPC que não alcança a pessoa jurídica - Precedentes do C. STJ e deste E. Tribunal de Justiça - Penhora de valores existentes em conta corrente de pessoas físicas - Valor inferior a 40 salários-mínimos - Nova orientação do C. Superior Tribunal de Justiça, por sua E. Corte Especial, no sentido de que, em se tratando de ativo financeiro não depositado em conta poupança, só

haverá impenhorabilidade se alegado e demonstrado (ônus da parte executada) que se trata de reserva de patrimônio destinada a assegurar o mínimo existencial ao devedor ou sua família em caso de emergência ou imprevisto grave (REsp. 1.677.144/RS) - Inexistência de demonstração a respeito no caso concreto - Precedentes - Decisão mantida. Nega-se provimento ao recurso.” (TJSP, 19ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 2185258-49.2023.8.26.0000, Rel. Des. Sidney Braga, j. em 24/07/2024).

A r. decisão agravada deve ser mantida.

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso.

Jairo Brazil
Relator